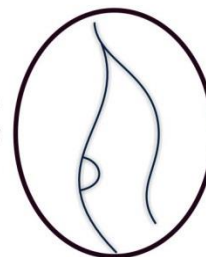




INTERFACE
ISSN 1806-6062



nemad.webnode.com - Interface, Edição número 06, maio de 2013

A representação social sobre meio ambiente na leitura técnica do plano diretor de Palmas – TO

Antonelli Santos Silva¹; Charles Albert Guerra²; Daniela Barbosa de Oliveira³; Karine Beraldo Magalhães Oliveira⁴; Lucas Barbosa e Souza⁵; Márcio Galdino dos Santos⁶

Resumo

A construção de planos diretores compreende diversas etapas, entre elas a leitura técnica, na qual um corpo técnico mapeia e entende as situações e problemas de um município, a fim de que se possa buscar as soluções. Em 2005, o município de Palmas, no Tocantins, deu início à construção de seu primeiro Plano Diretor Participativo, que culminou com a aprovação da Lei complementar nº 155/2007. Para entender como o meio ambiente foi representado na leitura técnica e, posteriormente, na lei final, foi utilizada a teoria da representação social, pela qual os problemas ambientais foram associados às categorias de representação social de meio ambiente. Verificou-se que na leitura técnica o meio ambiente foi representado majoritariamente de forma "sistêmica", "projeto de vida" e "globalizante", demonstrando que os técnicos envolvidos no processo estabelecem relação entre o meio ambiente e sociedade. Na lei final, foi constatada a presença dessas mesmas representações, contudo os problemas ambientais levantados na leitura técnica foram incorporados ao texto dessa lei de forma diluída e generalizada, o que pode comprometer sua aplicação. A teoria da representação social se mostrou válida como instrumento de avaliação do Plano Diretor, reforçando a necessidade de revisão do processo de construção de planos diretores participativos.

Palavras-chave: Meio ambiente, Palmas, Plano Diretor Participativo, Representação social.

Abstract

The construction of urban planning involves several steps, including the technical reading, in which a technical staff maps and understands the situations and problems of a municipality, so that to seek for solutions. In 2005, the municipality of Palmas, Tocantins, has started the construction of its first participatory urban planning, which culminated with the approval of Complementary Law No. 155/2007. In order to understand how the environment was represented in the technical reading and, subsequently, in the final law, we used the theory of social representation, in which environmental problems were associated with categories of social representation of the environment. It was found that in the technical reading, the environment was represented in most cases as "systemic", "life plan" and "globalizing", demonstrating that the technicians involved in the process establish relationship between environment and society. In the final law, we confirmed the presence of these same representations, however environmental issues raised in the technical reading were incorporated into the text of this law diluted and generalized, which can compromise its application. The theory of social representation was proved valid as an evaluation tool of the urban planning, reinforcing the need to review the process of building participatory urban planning.

Keywords: Environment; Palmas; Participatory Urban Planning; Social Representation.

¹ antonelli@ifto.edu.br;

² charlesalbertguerra@yahoo.com.br;

³ kallaw2@gmail.com;

⁴ karineberaldo@gmail.com;

⁵ lbsgeo@uft.edu.br;

⁶ galdino@uft.edu.br.

1. Introdução

O município de Palmas, capital do Estado do Tocantins, foi a última cidade brasileira planejada construída no século XX. Embora seu desenho e projeto tenham sido pensados tendo como base estudos de urbanistas, após sua implantação o que se observou, segundo Lira (2011), foi o crescimento desordenado, o que denota certa tensão entre o planejamento e a gestão da cidade.

Com base nas mudanças trazidas pelas diretrizes gerais do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001 (BRASIL, 2001) que garante o direito à cidade sustentável e à gestão democrática por meio da participação popular e das entidades, iniciaram-se, em 2005, as discussões que culminaram na elaboração do Plano Diretor Participativo de Palmas, aprovado por lei municipal no ano de 2007.

O Plano Diretor Participativo de Palmas é resultado de uma construção coletiva, que passou por diferentes etapas de redação, sendo que seu conteúdo foi levantado ao longo da leitura técnica e da leitura comunitária.

Por ser uma experiência nova, faz-se importante entender como os atores que participaram da construção coletiva desse plano representaram o meio ambiente, e como essa representação foi traduzida no documento final do processo: a Lei Complementar nº 155/2007, que dispõe sobre a política urbana do município de Palmas.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a representação social sobre meio ambiente presente na etapa da leitura técnica do Plano Diretor Participativo de Palmas – TO, bem como verificar a forma com que esta representação foi traduzida no documento final do Plano Diretor de Palmas (Lei Municipal Complementar nº 155/2007).

2. Revisão Teórica

2.1. Planos Diretores Participativos

O Plano Diretor constitui o instrumento básico de planejamento dos municípios, pois a partir dele se originam as diretrizes e normativas

para o adequado uso e ocupação do solo urbano, e que deve assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento das atividades econômicas (BRASIL, 2001).

A Constituição Federal de 1988 foi a primeira, no âmbito da legislação brasileira, a mencionar o Plano Diretor, vinculando-o aos artigos 182 e 183, inseridos em um capítulo específico sobre a política urbana. Contudo, este capítulo necessitava de uma regulação específica, o que só veio a ocorrer treze anos depois, sob a forma da lei denominada Estatuto da Cidade (OLIVEIRA; SAHR, 2012).

O Estatuto da Cidade, lei federal nº. 10257/2001, fixou as diretrizes gerais da política urbana e estabeleceu que o Plano Diretor deve apresentar caráter participativo, de forma a operacionalizar a gestão democrática da cidade (DORNELAS *et al.*, 2001). Logo, os planos diretores, chamados participativos, implementados no início de século XXI, devem ser instrumentos concebidos originalmente com vistas à gestão democrática, pois neles os interesses de diversos agentes sociais devem confrontar-se, numa tentativa de compatibilizar as ações e investimentos públicos com as demandas e interesses das classes sociais presentes na sociedade (SOUZA, 2010).

Segundo o Ministério das Cidades (2005), o Plano Diretor Participativo deve passar por diferentes fases de elaboração, que vão desde a composição da equipe responsável pela sua gestão (com representantes do poder público e da sociedade civil) e sua capacitação para as atividades, às etapas de construção em si.

As etapas construtivas do plano envolvem a elaboração de leituras técnicas e comunitárias que permitem identificar, mapear e entender a situação do município e formular e pactuar propostas com perspectiva estratégica, assim como planejar instrumentos de viabilidades dos objetivos, estratégias municipais e o sistema de gestão do município. Essas etapas culminam com a construção do Projeto de Lei do Plano Diretor Municipal, o qual é discutido na Câmara Municipal e transformado em Lei Municipal.

A leitura técnica é um diagnóstico da cidade feito por um corpo técnico, formado por representantes do poder executivo, legislativo, comunidade científica e sociedade organizada, levando-se em conta seu funcionamento, suas potencialidades e suas precariedades, de acordo com diversas legislações urbanas e demais dados importantes para uma compreensão ampla do município.

2.2. A representação social de meio ambiente

No Brasil, a publicação dos estudos sobre o conceito de representação social de Serge Moscovici foi feita em 1978, sob o título "A representação social da Psicanálise". A representação social refere-se ao posicionamento e localização da consciência subjetiva nos espaços sociais. As representações de um objeto social passam por um processo de formação entendido como um encadeamento de fenômenos interativos, fruto dos processos sociais no cotidiano do mundo moderno (MOSCOVICI, 1978).

Moscovici explica que existem dois universos de pensamento nas sociedades contemporâneas "pensantes": os reificados (da ciência) e os consensuais (do senso comum). O reificado consiste na fixação e preservação do rigor lógico e metodológico do conhecimento, bem como sua estratificação hierárquica. As representações sociais tratam do universo consensual, sendo criadas pelos processos de ancoragem e objetivação. A objetivação é o mecanismo que procura "transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico", objetivando-o. A ancoragem mantém a memória em movimento, sempre absorvendo e descartando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica com um nome e de acordo com um tipo (MOSCOVICI, 2003, p. 60-61).

As representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e

ideal sobre a qual elas intervêm (JODELET, 1993).

Sato (2002) adaptou de Sauv  (2000) as categorias complementares de representa o de Meio Ambiente, as quais são classificadas em sete categorias: 1) Como natureza: elementos da natureza (fauna e flora) além de paisagens (pôr do sol, etc.); 2) Como recurso: representa es sobre o potencial econ mico para o desenvolvimento humano; 3) Como problema: associados às queimadas, desmatamento, polui o de recursos hídricos etc.; 4) Como sistema: mostra as rela es entre os ecossistemas, na tentativa de auxiliar na manuten o da vida no planeta Terra; 5) Como meio de vida: caracterizado pelas representa es da casa onde se mora e de seu entorno; 6) Como biosfera: o planeta Terra; 7) Como projeto de vida: mostra a rela o de interdependência da sociedade com a natureza.

Neves (2003) destaca a existência de duas concep es sobre meio ambiente, a naturalista e a sistêmica. A naturalista, que percebe o meio ambiente somente como natureza ou enfatiza a defesa ou prote o do meio ambiente ou descreve o homem como espoliador da natureza; e a sistêmica, que incorpora a dimensão sociocultural no seu conceito de meio ambiente ou considera vários setores para a resolu o de questões ambientais ou propõe práticas interdisciplinares (NEVES, 2003).

Para Reigota (2004), o conceito de meio ambiente pode ser considerado socioambiental, já que leva em conta não são os aspectos naturais e físicos, como também as rela es sociais, culturais, históricas e tecnológicas entre os elementos envolvidos. De acordo com o mesmo autor, a representa o do meio ambiente pode ser classificada em três categorias: 1) Naturalista, por meio da qual o meio ambiente   compreendido como ecossistema e todas as suas categorias de complexidade, tendo como prioridade a sua conserva o; 2) Antropocêntrica, na qual o meio ambiente   tido exclusivamente como meio de explora o de recursos; 3) Globalizante, em que há uma rela o de interdependência entre homem e natureza,

incluindo os aspectos político, social, econômico e cultural.

Dessa forma, é importante compreender que a teoria das representações sociais consiste na produção dos saberes sociais, centrando-se na análise da construção e transformação do conhecimento social. As representações são, então, uma maneira de interpretar e comunicar, mas também de produzir e elaborar conhecimento.

3. Materiais e métodos

Para este trabalho foi realizada a leitura dos relatórios e textos resultantes do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Palmas, tais como as "Matrizes da Leitura Técnica", o "Projeto de Lei N° 14/2006" e a "Lei Complementar N° 155/2007". Também foram realizadas três entrevistas semiestruturadas (VIEIRA, 2009), com participantes da equipe gestora municipal na época da confecção do Plano Diretor. O único critério para a escolha dos entrevistados foi a de que deveriam ter participado do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Urbano e Ambiental, desenvolvido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e coordenado pela Associação para a Recuperação e Conservação do Ambiente (ARCA), realizado em 2005 e que contou com 40 alunos.

Esse curso foi realizado com o intuito de capacitar os técnicos da Prefeitura Municipal de Palmas que estariam envolvidos na construção do Plano Diretor, fazendo uso de uma metodologia de trabalho que incluísse a complementação de aspectos teóricos e técnicos. Desse modo, foram previstas atividades práticas a serem desenvolvidas por grupos de trabalho, envolvendo levantamento de informações, análises, problematizações, sínteses e debates com a comunidade e a finalização, baseada na seleção das propostas a serem incorporadas ao Plano Diretor Municipal (PALMAS, 2006c).

Os entrevistados, participantes do referido processo, foram Luiz Hildebrando Paz, que trabalhava na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH,

na época); Eduardo Manzano Filho, que na época atuava como Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Palmas; e, Ramis Tetu Silva e Lima, Engenheiro Agrônomo convidado a participar do curso.

Seguindo a técnica da Análise de Conteúdo, que segundo Vergara (2006, p. 15) permite fazer o "tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema", estas expressões foram relacionadas à representação social de meio ambiente usando as categorias propostas por Neves (2003), Sato (2002) e Reigota (2004). Este procedimento permitiu identificar a representação social de meio ambiente presente na Leitura técnica e na lei final do Plano Diretor Participativo de Palmas.

4. Resultados e Discussão

4.1. A construção da leitura técnica do Plano Diretor de Palmas - TO

A elaboração do Plano Diretor Participativo contou com três etapas, seguindo as normas estabelecidas pelo Ministério das Cidades (2005). A primeira etapa teve como objetivo a elaboração da Leitura Técnica, consistindo num relatório formulado por técnicos (não necessariamente da prefeitura, pois podem ser de uma consultoria, por exemplo) apresentando a realidade do município; a etapa seguinte, a elaboração da Leitura Comunitária, trouxe o olhar da comunidade sobre o município, e, por último, elaborou-se o texto final que foi levado para discussão na Câmara Municipal, resultando na Lei Complementar N° 155.

Para cumprir a primeira etapa, de acordo com Paz (2012), em entrevista, a SEDUH contratou a Associação para a Recuperação e Conservação do Ambiente (ARCA), de Goiânia, para capacitar os funcionários envolvidos e prestar consultoria na realização das audiências. A ONG organizou um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Urbano e Ambiental, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Esse curso foi realizado com o intuito de capacitar os técnicos da Prefeitura Municipal de Palmas que estariam envolvidos na construção do Plano Diretor, fazendo uso de uma metodologia de trabalho que incluísse a complementação de aspectos teóricos e técnicos. Desse modo, foram previstas atividades práticas a serem desenvolvidas por grupos de trabalho, envolvendo levantamento de informações, análises, problematizações, sínteses e debates com a comunidade e a finalização, baseada na seleção das propostas a serem incorporadas ao Plano Diretor Municipal (PALMAS, 2006c).

O curso tinha, no total, 40 alunos, sendo 30 servidores de várias secretarias municipais envolvidas com o Plano Diretor e 10 convidados de segmentos da sociedade civil, como explica em entrevista Manzano Filho (2012, p.2), "a ideia com o curso era fazer a capacitação dos servidores e nessa capacitação fazer a discussão técnica, mas essa turma acabou participando também da leitura comunitária".

Para Lima, em entrevista, o curso de Pós-Graduação permitiu que houvesse uma multi e transdisciplinaridade entre os órgãos municipais e certos segmentos da sociedade e isso foi positivo, pois, "os problemas das cidades hoje estão muito complexos para estarem na mão de arquitetos e urbanistas, [...] o que acontece é que a cidade precisa ter o pensamento de economista, de médicos [...]. Eu acho interessante essa ampliação das visões" (LIMA, 2012, p. 1-2). O Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Ambiental foi dividido em módulos e cada módulo equivalia a um eixo temático a ser discutido no Plano Diretor, como: uso do solo, desenvolvimento sustentável, habitação, infraestrutura urbana, meio ambiente

e mobilidade. Posteriormente, estes módulos foram transformados nos eixos de discussão do Plano Diretor.

A leitura técnica do Plano Diretor de Palmas foi concluída no Seminário Técnico - Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Territorial do Município de Palmas: Matriz Para Proposição de Diretrizes, por integrantes do Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Ambiental e membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação. O seminário teve como objetivo complementar o diagnóstico construído pela equipe técnica da Diretoria de Planejamento Territorial, a fim de subsidiar a elaboração do Plano Diretor do Município de Palmas. No seminário, foram divididos seis temas, sendo eles: uso do solo, desenvolvimento sustentável, habitação, infraestrutura urbana, meio ambiente e mobilidade.

Ao final do seminário, foram elaborados quadros para cada tema, com as respostas para as seguintes perguntas: "qual é o problema?", "onde ocorre?", "qual é a solução?" e "por quê?", sendo que esta última explica por que a solução do problema seria a melhor, de acordo com a opinião dos técnicos.

4.2. A representação social do meio ambiente na leitura técnica do Plano Diretor Participativo de Palmas - TO

Dentro do objetivo do trabalho, a leitura técnica relacionada ao tema meio ambiente levantou vários problemas existentes em Palmas. A seguir, o quadro 1 demonstra os problemas ambientais levantados na leitura técnica, os locais onde ocorrem e as respectivas representações de meio ambiente atreladas.

Quadro 1 – Problemas ambientais levantados nas diferentes áreas de Palmas durante a leitura técnica do Plano Diretor Participativo e a representação de meio ambiente.

Problemas ambientais prioritários levantados ¹	Área				Representação de meio ambiente		
	Norte	Sul	Centro	Rural	Sato (2002)	Neves (2003)	Reigota (2004)
Paisagismo insustentável			X		Recurso	Sistêmica	Antropocêntrica
Uso inadequado de áreas verdes, áreas de preservação permanente e unidades de conservação.	X	X	X	X	Projeto de vida	Sistêmica	Globalizante
Queimadas.	X	X	X	X	Problema	Sistêmica	Globalizante
Desmatamento	X	X	X	X	Problema	Sistêmica	Globalizante
Distribuição inadequada das áreas verdes de lazer	X	X			Recurso	Sistêmica	Antropocêntrica
Falta de ordenamento territorial ambiental.	X	X	X	X	Projeto de vida	Sistêmica	Globalizante
Gestão precária de recursos hídricos.	X	X	X	X	Projeto de vida	Sistêmica	Globalizante
Agricultura erosiva e predatória agropecuária				X	Problema	Sistêmica	Globalizante
Lançamento de esgoto sem tratamento nos mananciais	X	X	X	X	Problema	Sistêmica	Globalizante
Erosão nas estradas				X	Problema	Sistêmica	Globalizante
Obras de infraestrutura dissociadas de parâmetros ambientais e econômicos	X	X	X	X	Projeto de vida	Sistêmica	Globalizante
Saneamento ambiental: disposição inadequada de resíduos sólidos.	X	X	X	X	Projeto de vida	Sistêmica	Globalizante
Uso de materiais inapropriados na pavimentação viária e nos logradouros impermeabilização da cidade	X	X	X		Projeto de vida	Sistêmica	Globalizante
Sistemas de drenagem superficiais urbanos insuficientes	X	X	X		Problema	Sistêmica	Globalizante
Gestão ambiental ineficiente.	X	X	X	X	Projeto de vida	Sistêmica	Globalizante
Insuficiência de pesquisa extensão e uso da tecnologia existente	X	X	X	X	Projeto de vida	Sistêmica	Globalizante

¹Fonte: Palmas, 2006a.

Através da classificação proposta por Sato (2002), na leitura técnica foram levantadas três diferentes categorias de representações de meio ambiente: problema, recurso e projeto de vida. A primeira, que representa o meio

ambiente como o conjunto dos problemas a que o mesmo está sujeito, fica evidente ao se tocar em temas como queimadas e desmatamento. A segunda, pela qual o meio ambiente é representado de acordo com seu

potencial para o desenvolvimento das atividades do ser humano, pode ser observada nos problemas relacionados a paisagismo e áreas verdes. Contudo, a representação mais citada foi a de meio ambiente enquanto projeto de vida. O meio ambiente representado como projeto de vida evidencia as relações entre a sociedade e a natureza, sua interdependência para a resolução dos problemas ambientais, e pode ser observada, por exemplo, na citação referente à explicação da solução do problema "Saneamento ambiental: disposição inadequada de resíduos sólidos.", que se daria por meio da utilização de planos de gerenciamento de resíduos e programas de Educação Ambiental.

Já na classificação proposta por Neves (2003), os problemas ambientais relatados na leitura técnica são representados como sistêmicos, cuja resolução considera vários setores envolvidos nas questões ambientais. Essa observação ocorre, possivelmente, pelas características de formação dos técnicos, que relacionam os problemas ambientais a questões socioculturais ou se utilizam de propostas interdisciplinares para sua solução.

Ao analisar o quadro 1, em relação à classificação proposta por Reigota (2004), é possível observar que, de acordo com a leitura técnica, há diferenças em relação aos problemas encontrados em cada parte de Palmas, principalmente se comparadas as porções central, sul e norte da cidade. Pode-se perceber isso, por exemplo, no problema destacado como "paisagismo insustentável", cuja representação antropocêntrica foi revelada somente na porção central da cidade. Outro problema que também caracteriza essas distorções entre as diferentes áreas, conforme a análise dos técnicos, ocorre quanto à "Distribuição inadequada das áreas verdes de lazer", levantada somente nas porções norte e sul da cidade.

Esses problemas, assim como a representação antropocêntrica, tem origem no processo de ocupação e urbanização do município. A área central de Palmas apresenta a melhor infraestrutura urbana da cidade: pavimentação, praças, transporte público e serviços essenciais, daí a preocupação com o

paisagismo, que existe, mas é insustentável (COCOZZA *et al.*, 2009). Já os setores norte e sul se constituíram, a princípio, por pessoas de baixa renda que vinham de outras localidades e que não puderam se instalar na área central de Palmas pela inacessibilidade imposta pelos preços dos terrenos. Assim, essa população sofre pela falta de infraestrutura e a necessidade de espaços verdes para lazer (COSTA, 2010).

Constata-se, então, que os problemas representados como antropocêntricos ocorrem exatamente onde há diferenças sociais significativas, derivadas do processo de ocupação de Palmas, ou seja, para os técnicos os problemas estão relacionados à desigualdade social reinante entre a porção central e as porções norte e sul de Palmas.

Ainda com relação à classificação proposta por Reigota (2004), a representação do ambiente realizada pelos técnicos, de um modo geral, foi feita de forma globalizante, na tentativa de relacionar os problemas do homem à natureza, o que se comprova pela utilização constante do termo socioambiental em suas justificativas. A representação globalizante de meio ambiente pode estar relacionada à formação acadêmica interdisciplinar dos técnicos envolvidos, ou seja, a formação recebida no curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Ambiental, no qual foram discutidas e relacionadas várias temáticas (ambientais, sociais e culturais), além do propósito e das próprias diretrizes a serem seguidas durante a elaboração de um Plano Diretor, que visam a uma abordagem integrada entre sociedade e ambiente.

A representação social do meio ambiente na leitura técnica do Plano Diretor Participativo de Palmas foi classificada, na maioria dos pontos verificados, como sistêmica, projeto de vida e globalizante, o que demonstra que os técnicos envolvidos estabelecem claramente a relação dos problemas do meio ambiente com a sociedade e sua interdependência. Isso mostra que, ao menos nesta etapa de construção do Plano Diretor, há consciência a respeito da complexidade dos problemas ambientais de Palmas, o que não garante, contudo, que tais problemas sejam efetivamente solucionados na

prática, uma vez que os critérios técnicos não são os únicos considerados no âmbito da gestão.

4.3. A representação social de meio ambiente na Lei Complementar nº 155, de 28 de dezembro de 2007

O processo para a criação do Plano Diretor Participativo de Palmas, após todas as etapas de discussões entre técnicos, comunidade e legisladores, chega ao seu objetivo final com a criação da lei do Plano Diretor, que no caso de Palmas é a Lei Complementar Nº 155/2007.

A visão globalizante (REIGOTA, 2004), que predominou na leitura técnica, está presente no art. 43º, que prevê a criação de áreas verdes para promover o contato da população com a natureza. No entanto, embora nas discussões tenha-se destacado muito a questão da arborização e da jardinagem, além da preservação de áreas verdes, no artigo referido menciona-se que a criação desses espaços pode, por si só, aproximar as pessoas da natureza. Isso mostra que as propostas contidas na lei não estão necessariamente articuladas, no sentido de considerar a complexidade do processo para a solução dos problemas ambientais e melhoria da qualidade de vida da população, o que contraria, em parte, os pontos positivos observados na leitura técnica.

Ainda em relação às representações sociais de meio ambiente, o que predomina no texto da lei é a visão antropocêntrica (REIGOTA, 2004) ou como recurso (SATO, 2002), que fica clara nas expressões usadas em alguns artigos do texto. Por exemplo, no artigo 5º, que trata dos princípios do Plano Diretor, e mais especificamente no inciso IV, menciona-se a "proteção do meio ambiente e de seus bens comuns e vitais ao homem" (PALMAS, 2007, p. 2). Em outras palavras, o meio ambiente que merece proteção é especialmente aquele que serve ao homem ou é de seu interesse.

O estudo em questão se torna desafiador, pois, ao analisar as discussões sobre meio ambiente, percebe-se que os pontos levantados na leitura técnica são muito específicos,

enquanto que no texto da lei eles aparecem diluídos dentre seus muitos artigos e incisos. Das propostas apresentadas pelo Projeto de Lei Nº 14/2006, alguns artigos foram vetados, outros retirados e ainda alguns acrescentados, mas as alterações em relação à proposta inicial foram poucas e pontuais. Porém, o que se percebe no texto final é um esforço para atender às demandas levantadas, pelo menos no uso de expressões que tentassem traduzir o anseio tanto dos técnicos quanto popular, ainda que seus aspectos operacionais não estejam suficientemente claros.

5. Considerações Finais

O Plano Diretor Participativo de Palmas passou por muitas etapas, na tentativa de ter como resultado um produto de construção coletiva. O que se percebe é que o conteúdo levantado ao longo da leitura técnica sobre meio ambiente, mesmo sofrendo algumas alterações, encontra-se presente na Lei Complementar nº 155, aprovada na Câmara Municipal, que atualmente é a lei que direciona as ações do poder público local. Contudo, por conta do próprio processo, ou seja, transformar todo um conjunto de informações em uma única lei, o conteúdo levantado, contemplado na lei final, acabou sendo diluído e generalizado, convertido em ações pontuais e, por vezes, desarticuladas.

Por ser uma experiência nova, faz-se importante entender como a representação social do meio ambiente foi construída e transformada em documento. A teoria da representação social tem importante papel na compreensão do pensamento coletivo, pois ela se refere a como as informações e conhecimentos são organizados e representados pelos sujeitos. No caso do meio ambiente, as representações são expressas nos discursos e nas atitudes, criando uma imagem ou campo de representações desse objeto. Assim, a partir da teoria das representações sociais, foi possível compreender como os diferentes sujeitos que participaram do Plano Diretor Participativo de Palmas, representaram o meio ambiente do município.

Através da análise geral da leitura técnica ficam evidentes as características do meio ambiente do município (tanto urbano, quanto rural). A utilização das classificações realizadas pelos três autores propostos na metodologia (SATO, 2002; NEVES, 2003; REIGOTA, 2004) constituiu um suporte que facilitou a compreensão da representação social do meio ambiente e dos problemas ambientais.

Cabe ressaltar que, conforme explicitado pela própria teoria das representações sociais, é possível observar nos problemas ambientais levantados na leitura técnica as vivências, a cultura, a realidade social, os interesses e a ideologia dos participantes. É perceptível que os técnicos representam predominantemente o meio ambiente de forma globalizante, o que pode ser explicado pelas suas características de grupo interdisciplinar, que lhes possibilitou

relacionar os diversos aspectos do meio ambiente ao homem. Entretanto, verifica-se que ao longo do processo de construção do Plano Diretor pode haver alterações significativas no conteúdo do texto, em especial do texto final, o que é próprio do exercício democrático, mas que não implica necessariamente em avanços.

A revisão do Plano Diretor Participativo de Palmas, que deve ocorrer a partir de 2016, necessita considerar as possíveis falhas ocorridas em sua primeira versão, repensando criticamente o processo de construção. Nesse sentido, o Plano Diretor deve se reafirmar como instrumento para a gestão e o ordenamento do município, reforçando seu caráter participativo, abarcando os concretos anseios da população e contribuindo para a resolução efetiva de seus problemas ambientais urbanos e rurais.

6. Referências

BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

_____. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo**: guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília: Confea, 2005.

COCOZZA, G. P.; OLIVEIRA, L. A.; SANTIAGO, A. A.; SOUSA, D. A.; COELHO, J. S. Palmas: por um sistema de espaços livres. **Paisagem Ambiente**: ensaios, São Paulo, n. 26, p. 73-87, 2009.

COSTA, A.S.V. O espaço urbano e a segregação em Palmas TO: um estudo de caso sobre o bairro Jardim Aurenly I. In: SEMANA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 16, 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Ufrj, 2010. Disponível em: http://www.ippur.ufrj.br/download/semana_pur_2010/completos/adenilsonpalmas.pdf. Acesso em: 08 jan. 2013.

DORNELAS, H. L.; PESSANHA, R. R.; RIBEIRO Filho, G. B. Gestão urbana e tributária frente ao Estatuto da Cidade e a Lei de Responsabilidade Fiscal: o caso do município de Muriaé (MG). **R. Cio Humanas**, v.1, n.2, p.163-170, jul. 2001.

JODELET, D.: Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (Ed.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, p. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves- Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993.

LIMA, R. T. S. Palmas, 11 dez. 2012. 1 fita cassete (1h17min.). Entrevista concedida aos autores.

LIRA, E. R. **A gênese de Palmas – Tocantins**: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

MANZANO FILHO, E. Palmas, 21 nov. 2012. 1 fita cassete (18min.). Entrevista concedida aos autores.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.404p.

NEVES, D. A. F. As concepções sobre meio ambiente, educação e educação ambiental em dissertações de três universidades paulistas. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 4. 2003, Bauru, SP. **Anais eletrônicos...** Bauru: Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <http://fep.if.usp.br/~profis/arquivos/ivenpec/Arquivos/Orais/ORAL040.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.

OLIVEIRA, A. C. R.; SAHR, C. L. L. Induções nas transformações do uso e ocupação do solo urbano em Ponta Grossa – PR. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.1, p. 109-123, jan./jun. 2012.

SILVA, Antonelli Santos; GUERRA, Charles Albert; OLIVEIRA, Daniela Barbosa de; OLIVEIRA, Karine Beraldo Magalhães; SOUZA, Lucas Barbosa e & SANTOS, Márcio Galdino dos. (2013).

PALMAS. Prefeitura de Palmas. **Lei Complementar nº 155, de 28 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a política urbana do município de Palmas. Palmas – TO, 2007.

_____. **Leitura Técnica – Matrizes para Proposição de Diretrizes**. Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Territorial do Município de Palmas. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação. 2006a.

_____. **Projeto de Lei Complementar nº 14, de 07 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a política urbana do município de Palmas formulada para atender ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes, conforme estabelece a Constituição Federal/88, em seus arts. 182 e 183, e o Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Palmas – TO, 2006b.

_____. **Relatório – Consultas Públicas**. Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Territorial do Município de Palmas. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação. 2006c.

PAZ, L. H. Palmas, 28 nov. 2012. 1 fita cassete (24min.). Entrevista concedida aos autores.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2004.

SATO, M. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M; CARVALHO, I. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.